

A Ordem na Visão de Fernando Pessoa

Com a intenção de fazer mais conhecidas, entre nossos Irmãos, as idéias de Fernando Pessoa, um dos maiores escritores portugueses contemporâneos, e de todos os tempos, que nunca foi Maçom, mas que tinha um profundo conhecimento das coisas da Ordem, como aliás, também o tinha sobre espiritismo, esoterismo, ocultismo, paganismo, Cristianismo e muitos outros campos do conhecimento humano, aos quais um homem pode chegar, não por pertencer a qualquer deles mas simplesmente por muito estudá-los, desejo dar a contribuição que se segue, desejando seja ela do agrado de todos. Avaliando um projeto do deputado José Cabral de Lisboa, cuja finalidade era suprimir a Ordem em Portugal, assim se expressou, através do Diário de Lisboa, jornal dos mas respeitados do país:

Estreou-se a Assembléia Nacional, do ponto de vista legislativo, com a apresentação, por um deputado, de projeto de lei sobre "associações secretas". De tal ordem é o projeto, tanto em sua natureza como em seu conteúdo, que não há que felicitar o atual Parlamento por lhe ter sido dada essa estréia. Antes há que dizer-lhe Absit omen!, ou seja, em português, Longe vá o agouro!. Apresentou o projeto o Sr. José Cabral, que, se não é dominicano, deveria sê-lo, de tal modo o seu trabalho se integra, em natureza, como em conteúdo, nas melhores tradições dos Inquisidores. O projeto, que todos terão lido nos jornais, estabelece várias e fortes sanções (com exceção da pena de morte) para todos quantos pertençam ao que o seu autor chama "Associações secretas sejam quais forem os seus fins e organização".

Dada a latitude desta definição, e considerando que por "associação" se entende um agrupamento mais ou menos permanente de homens, ligados por fim comum, e que por "secreto" se entende o que, pelo menos parcialmente, se não faz à vista do público, ou, feito, se não torna inteiramente público, posso, desde já, denunciar ao Sr. José Cabral uma

associação secreta – o Conselho de Ministros. De resto, tudo quanto de sério ou de importante se faz em reunião neste mundo, faz-se secretamente. Se não reúnem em público os conselhos de ministros, também o não fazem as direções dos partidos políticos, as tenebrosas figuras que orientam os clubes desportivos, ou os sinistros comunistas que formam os conselhos de administração das companhias comerciais e industriais. Embora uma interpretação desta ordem legitimamente se extraia da frasear pouco nacionalista do Sr. José Cabral, creio, tanto porque assim deve ser, como pelos encômios com que o projeto foi afagado pela imprensa pseudocristã, que as "associações secretas", que ele verdadeiramente visa, são aquelas que envolvem o que se chama "iniciação", e portanto o segredo especial a esta inerente. Ora no nosso país, caída há muito em dormência a Ordem Templária de Portugal, desaparecida a Carbonária – formada para fins transitórios, que se realizaram –, não existem, suponho, à parte uma outra possível Loja martinista ou semelhante, mais do que duas associações secretas "dessa espécie". Uma é a Maçonaria, a outra essa curiosa organização que, em um dos seus ramos, usa o nome profano de "Companhia de Jesus", exatamente como, na Maçonaria, a Ordem de Heredom e Kilwinning usa o nome profano de Real Ordem da Escócia. Dos chamados jesuítas não tratarei, e por três motivos, dos quais calarei o primeiro. Os outros dois são: que não creio, por mais razões do que uma, que eles correm risco de, aprovado que fosse o projeto, lhes serem aplicadas as suas sanções; e que não creio, por uma razão só, que o Sr. José Cabral tenha pretendido que tal aplicação se fizesse. Presumo pois que o projeto de lei do urgente deputado se dirija, total ou principalmente, contra a Ordem Maçônica. Como tal o examinarei. Não faço, creio, ofensa ao Sr. José Cabral em supor que, como a maioria dos Antimaçons, o autor deste projeto é totalmente desconhecedor do assunto Maçonaria. O que sabe dele é até, porventura, pior que nada, pois, naturalmente, terá nutrido o seu antimaçonismo da leitura da imprensa chamada católica, onde, até nas coisas mais elementares na matéria, erros se acumulam sobre erros, e aos erros se junta, com a má-vontade, a mentira e a calúnia, senhoras suas filhas. Não creio que o Sr. José Cabral conviva habitualmente com os livros de Findel, Kloss ou Gould, ou que passe as suas horas de ócio na leitura atenta da "Ars Quatuor Coronatorum" ou das publicações de Grande Loja de Iowa.

Duvido, até, que o Sr. José Cabral tenha grande conhecimento da literatura antimaçônica – Barruel ou Robinson, ou Eckert – tão admirável, aliás, do ponto de vista humorístico. Nem terá tido porventura noção, sequer de ouvido, do artigo célebre do Padre Hermann Grüber na "Catholic Encyclopedia", artigo citado com elogio em livros maçônicos, e em que o doutor jesuíta por pouco não defende a Maçonaria. Ora se o Sr. José Cabral está nesse estado de trevas com respeito à natureza, fins e organização da Ordem Maçônica, suponho que em igual condição estejam muitos dos outros membros da Assembléia Nacional, com a diferença que não se propuseram legislar sobre matéria que ignoram. Sendo assim, nem o deputado apresentante, nem os seus colegas de assembléia, estarão, talvez, em estado de medir claramente as conseqüências nacionais, internas e sobretudo externas, que adviriam da

aprovação do projeto. Como conheço o assunto suficientemente para saber de antemão, e com certeza, quais seriam essas conseqüências, vou fazer patrioticamente presente da minha ciência ao Sr. José Cabral e à Assembléia Legislativa de que é ornamento. Começo por uma referência pessoal, que cuido, por necessária, não dever evitar. Não sou Maçom, nem pertencço a qualquer outra Ordem semelhante ou diferente. Não sou porém Antimaçom, pois o que sei do assunto me leva a ter uma idéia absolutamente favorável da Ordem Maçônica. A estas duas circunstâncias, que em certo modo me habilitam a poder ser imparcial na matéria, acresce a de que, por virtude de certos estudos meus, cuja natureza confina com a parte oculta da Maçonaria – parte que nada tem de político ou social –, fui necessariamente levado a estudar também esse assunto – assunto muito belo, mas muito difícil, sobretudo para quem o estuda de fora. Tendo eu, porém, certa preparação, cuja natureza me não proponho indicar, pude ir, embora lentamente, compreendendo o que lia e sabendo meditar o que compreendia. Posso hoje dizer, sem que use excesso de vaidade, que pouca gente haverá, fora da Maçonaria, aqui ou em qualquer outra parte, que tanto tenha conseguido entranhar-se na alma daquela vida, e portanto, e derivadamente, nos seus aspectos por assim dizer externos. Se falo de mim, e deste modo, é para que o Sr. José Cabral e os colegas legisladores saibam perfeitamente quem lhes está falando, e que o que vão ler, se quiserem, é escrito por quem sabe o que está escrevendo. Não que o que vou dizer exija profundos conhecimentos maçônicos: é matéria puramente de superfície, da vida externa da Ordem. Exige porém conhecimentos, e não ignorâncias, fantasias ou mentiras. Começo a valer. Creio não errar ao presumir que o Sr. José Cabral supõe que a Maçonaria é uma associação secreta. Não é. A Maçonaria é uma "Ordem" secreta, ou, com plena propriedade, uma "Ordem iniciática". O Sr. José Cabral não sabe, provavelmente, em que consiste a diferença. Pois o mal é esse – não sabe. Nesse ponto, se não sabe, terá de continuar a não saber. De mim, pelo menos, não receberá a luz. Forneço-lhe, em todo o caso, uma espécie de meia luz, qualquer coisa como a "treva visível" de certo grande ritual.

S. A. R. o Príncipe de Gales Grão-Mestre da Grande Loja Unida da Inglaterra

Vou insinuar-lhe o que é essa diferença, o que em linguagem maçônica se chama "termos de substituição". A Ordem Maçônica é secreta por uma razão indireta e derivada – a mesma razão porque eram secretos os Mistérios antigos, incluindo os dos primitivos cristãos, que se reuniam em segredo, para louvar a Deus, em o que hoje se chamariam Lojas ou Capítulos, e que, para se distinguir dos profanos, tinham fórmulas de reconhecimento – toques, ou palavras de passe,

ou o que quer que fosse. Por esse motivo os romanos lhes chamavam ateus, inimigos da sociedade e inimigos do Império – precisamente os mesmos termos com que hoje os Maçons são brindados pelos sequazes da Igreja Romana, filha, talvez ilegítima, daquela Maçonaria remota. Feito assim o meu pequeno presente de meia-luz, entro diretamente no que verdadeiramente interessa – as conseqüências que adviriam, para o país, da aprovação do projeto de lei do Sr. José Cabral. Tratarei primeiro das conseqüências internas. A primeira conseqüência seria esta – coisa nenhuma. Se o Sr. José Cabral cuida que ele, ou a Assembléia Nacional, ou o Governo, ou quem quer que seja, pode extinguir o Grande Oriente Lusitano, fique desde já desenganado. As Ordens Iniciáticas estão defendidas, "ab origine symboli", por condições e Forças muito especiais que as tornam indestrutíveis "de fora". Não me proponho explicar o que sejam essas forças e condições: basta que indique a sua existência. De resto, têm os srs. deputados a prova prática em que o que tem sucedido noutros países, onde se tem pretendido suprimir as Obediências Maçônicas. Pondo de parte a Rússia – onde nem eu nem os srs. deputados sabem o que verdadeiramente se passa, e onde, aliás, que não havia Maçonaria –, poderemos considerar os casos da Itália, da Espanha e da Alemanha. Mussolini procedeu contra a Maçonaria, isto é, contra o Grande Oriente de Itália mais ou menos nos termos pagãos do projeto do Sr. José Cabral. Não sei se perseguiu muita gente, nem me importa saber. O que sei, de ciência certa, é que o Grande Oriente de Itália é um daqueles mortos que continuam de perfeita saúde. Mantém-se, concentra-se, tem-se depurado, e lá está à espera; se tem em que esperar é outro assunto. O camartelo do Duce pode destruir o edifício do comunismo italiano; mas não tem Força para abater colunas simbólicas, vazadas dum metal que procede da Alquimia. Primo da Rivera procedeu mais brandamente, conforme a sua índole fidalga, contra a Maçonaria Espanhola.

Também sei ao certo qual foi o resultado – o grande desenvolvimento, tanto numérico como político, da Maçonaria em Espanha. Não sei se alguns fenômenos secundários, como, por exemplo, a queda da Monarquia, teriam qualquer relação com esse fato. Hitler, depois de se ter apoiado nas três Grandes Lojas cristãs da Prússia, procedeu segundo o seu admirável costume ariano de morder a mão que lhe dera de comer. Deixou em paz as outras Grandes Lojas – as que o não tinham apoiado nem eram cristãs – e, por intermédio de um tal Goering, intimou aquelas três a dissolverem-se. Elas disseram que sim – aos Goerings diz-se sempre que sim – e continuaram a existir. Por coincidência, foi depois de se tomar essa medida que começaram a surgir cisões e outras dificuldades dentro do partido nazi. A história, como o Sr. José Cabral deve saber, tem muitas dessas coincidências. Como tenho estado a apresentar razões e fatos até certo ponto desanimadores para o Sr. José Cabral, vou desde já animá-lo com a indicação de um resultado certo, positivo, que adviria da aprovação do seu projeto. Resultaria dele – alegre-se o dominicano! – um grande número de perseguições a oficiais do exército e da armada (exceto em Cascais) e a funcionários públicos. Perderiam os seus lugares os que não quisessem ter a indignidade de repudiar a sua Ordem. Resultaria portanto, a miséria para as suas famílias, onde é possível – e isto é que é grave – que se encontrassem

peessoas devotas de Santa Teresinha do Menino Jesus, personagem que ocupa, na atual mitologia portuguesa, um lugar um pouco acima de Deus. Resolver-se-ia, é certo, no estilo inesperado do "roulement" que não rola, o problema do desemprego – para aqueles atuais desempregados, bem entendido, que têm por Grão-Mestre Adjunto o Sr. Conselheiro João de Azevedo Coutinho. Seriam essas as conseqüências internas da aprovação do projeto: dois zeros – um para o efeito antimaçônico da lei, outro para a barriga de muita gente. Seriam essas as conseqüências internas. Vou tratar agora das conseqüências externas, isto é, das conseqüências que adviriam da aprovação do projeto para a vida e o crédito de Portugal no estrangeiro. Esse aspecto da questão, esse resultado, não só possível mas quase certo, creio bem que não ocorreu ao Sr. José Cabral. Presto homenagem – e a sério – ao seu patriotismo, embora lamente que seja um patriotismo tão analfabeto. Existem hoje em atividade, em todo o mundo, cerca de seis milhões de Maçons, dos quais cerca de quatro milhões nos Estados Unidos e cerca de um milhão sob as diversas Obediências Independentes do Império Britânico. Assim, cinco-sextos dos Maçons hoje em atividade são Maçons de fala inglesa. O milhão restante, ou conta parecida, acha-se repartido pelas várias Grandes Obediências dos outros países do mundo, das quais a mais importante e influente é talvez o Grande Oriente de França. As Obediências Maçônicas são Potências autônomas e independentes, pois não há governo central da Maçonaria que é por isso menos "internacional" que a Igreja Romana. Há Obediências Maçônicas que poucas relações têm entre si; há até Obediências que estão de relações suspensas ou cortadas. Dou dois exemplos. A Grande Loja de Inglaterra cortou em 1877, por um motivo técnico, as relações, que ainda não reatou, com o Grande Oriente de França.

A mesma Grande Loja cortou, em 1933, as relações com a Grande Loja das Filipinas, em virtude de divergências – cuja natureza não sei mas presumo – quanto à maneira de desenvolver a Maçonaria na China. Assim a Maçonaria necessariamente toma aspectos diferentes – políticos, sociais e até rituais – de país para país, e até, dentro do mesmo país, de Obediência, para Obediência, se houver mais que uma. Dou um exemplo. Há em França três Obediências independentes (Obs.: esse número não é o mesmo nos dias de hoje – A. Calado) – o Grande Oriente de França, a Grande Loja de França (prolongada capitularmente pelo Supremo Conselho do Grau 33) e a Loja Regular, Nacional e Independente para a França e suas Colônias (Obs.: Trata-se da Grande Loja Nacional Francesa – A. Calado). O Grande Oriente é acentuadamente, radical e anti-religioso; a Grande Loja limita-se a ser liberal e anticlerical; a Grande Loja Nacional não tem política nenhuma. Dou outro exemplo. O Grande Oriente de França tem uma grande influência política, mas, exceto através dessa, pouca influência social. A Grande Loja de Inglaterra não se preocupa com política, mas a sua influência social é enorme. Conquanto, porém, a Maçonaria esteja assim materialmente dividida, pode considerar-se como unida espiritualmente. O espírito dos rituais, e sobretudo o dos Graus Simbólicos (nos quais, e sobretudo no Grau de Mestre, está, já para quem saiba ver ou sentir, a Maçonaria inteira), é o mesmo em toda a parte, por muitas que sejam as

divergências verbais e rituais entre graus idênticos, trabalhados por Obediências diferentes. Em palavras mais perspícuas, mas necessariamente menos claras: quem tiver as chaves herméticas, em qualquer forma de um Ritual encontrará, sob mais ou menos véus, as mesmas fechaduras.

Resulta desta comunidade de espírito profundo, deste íntimo e secreto laço fraternal, que ninguém quebrou nem pode quebrar, que uma Obediência, ainda que tenha poucas ou nenhuma relações com outra, não vê todavia com indiferença o ser esta atacada por profanos. Os Maçons da Grande Loja de Inglaterra não têm, como se disse, relações com os do Grande Oriente de França. Quando, porém recentemente surgiu em França, a propósito dos casos Stavisk e Prince, uma campanha antimaçônica, de origem aliás ultra-suspeita, a vaga simpática, que potencialmente se estava formando em Inglaterra pelos conservadores que atacavam o Governo Francês, desapareceu imediatamente. O "Times", conservador mas acentuadamente maçônico, relatou as manifestações contra o Governo Francês com uma antipatia que roçou pela deturpação de fatos. E há muitos casos semelhantes, como o de certo escritor maçônico inglês, que em seus livros constantemente ataca o Grande Oriente de França, mudar completamente de atitude ao responder a uma escritora inglesa antimaçônica, que afinal dissera pouco mais ou menos o mesmo que ele sempre havia dito. Nisto tudo, que serviu de exemplo, trata-se de coisas de pouca monta, simples campanha de jornal, e por certo de atitudes espontâneas e individuais da parte dos Maçons que as tomaram.

Quando porém se trate de fatos maçonicamente graves, como seja a tentativa por um governo, de suprimir ou perseguir uma Obediência Maçônica, já a ação dos Maçons não é tão individual e isolada, nem se resume a uma maior ou menor antipatia jornalística. Provam-no diversas complicações, de origem aparentemente desconhecida, que encontrou em países estrangeiros o Governo de Primo de Rivera, e que encontraram, e ainda encontram, os Governos da Itália e

da Alemanha (Obs.: Este artigo foi escrito em 1935, durante, portanto, a vigência dos governos Mussolini e Hitler – A. Calado). Esses, porém, são países grandes e fortes, com recursos, de vária ordem, que em certo modo podem contrabalançar aquelas oposições. Vem mais a propósito citar o caso de um país que não é grande nem influente na política europeia em geral. Refiro-me à Hungria e ao que se passou com o célebre empréstimo americano. Aqui há anos, pouco depois da guerra (Obs.: a 1ª guerra mundial – A. Calado), o Governo Húngaro decretou a supressão da Maçonaria no seu território. Pouco depois negociava um empréstimo nos Estados Unidos. Estava o empréstimo praticamente feito quando veio da América a indicação final de que ele não seria concedido se não se restabelecessem "certas instituições legítimas". O Governo Húngaro percebeu e viu-se obrigado a entrar em transações com o Grão-Mestre; disse-lhe que autorizava a reabertura das Lojas com a condição (que parece do Sr. José Cabral) de que nelas pudessem assistir profanos. É escusado dizer que o Grão-Mestre recusou. O Governo manteve portanto a "suspensão" das Lojas... e o empréstimo não se fez. Ora isto sucedeu com a Maçonaria Americana, que não faz propriamente política nem mantém relações muito intensas com as Obediências europeias à exceção das britânicas. Tratava-se, porém, de uma grave injúria à Maçonaria, e o resultado foi o que se vê.

Não venha o Sr. José Cabral dizer-me que não precisamos de empréstimos do estrangeiro. Nem só de empréstimos vive o país. Precisa, por exemplo, de colônias, sobretudo das que ainda tem. E precisa de muitas outras coisas, incluindo o não incorrer na hostilidade ativa dos cinco mil e tal milhões de Maçons que, por apolíticos, ainda não nos têm hostilizado. Creio que disse o suficiente para que o Sr. José Cabral e os outros Srs. deputados compreendam perfeitamente qual pode e deve ser o alcance da aprovação deste projeto na vida e no crédito de Portugal. Antes de acabar, porém, quero dar-lhe uma pequena amostra da espécie de gente em cuja antipatia ativa incorreríamos. Tomarei por exemplo a Grande Loja Unida de Inglaterra, não só pela importância que para nós têm as nossas relações com aquele país, mas também porque qualquer ação dessa Grande Loja – a Loja-Mãe do Universo, com cerca de 450.000 Maçons em atividade – arrasta consigo todos os Maçons de fala inglesa e todas as Obediências dos países protestantes. Do resto da Maçonaria nem é preciso falar. São Maçons, sob a obediência da Grande Loja de Inglaterra, três filhos do Rei – o Príncipe de Gales, Grão-Mestre Provincial de Surrey, o Duque de York, Grão-Mestre Provincial de Middlesex, e o Duque de Kent, antigo Primeiro Grande Vigilante. É Maçom o genro do Rei, Conde de Harwood, Grão-Mestre Provincial de West Yorkshire. São Maçons, em sua maioria, os fidalgos ingleses, sobretudo os de antiga linhagem. São Maçons, em grande número, os prelados e sacerdotes da Igreja de Inglaterra, o clero mais profundamente culto de todo o mundo, a Igreja protestante que mais perto está, em dogma e ritual, da Igreja de Roma.

Não prossigo, porque já basta... Lembro todavia que os três grandes jornais "conservadores" ingleses – o "Times", o "Sunday Times" e o "Daily Telegraph" – são ao mesmo tempo maçônicos. Acabei. Convém, porém, não acabar ainda. Provei neste artigo que o projeto de lei do Sr. José Cabral, além do produto da mais completa ignorância do assunto, seria, se fosse aprovado: primeiro, inútil e improfícuo; segundo, injusto e cruel; terceiro, um malefício para o país na sua vida internacional. Não considere, porque não tinha que considerar, se a Maçonaria merece o mau conceito em que evidentemente a tem o Sr. José Cabral e outros que nada sabem da matéria. Esse ponto estava fora da linha do meu argumento. Como, porém, a maioria da gente não sabe raciocinar, pode alguém supor que esquivei a esse ponto. Vou por isto tratar dele embora protestando contra mim mesmo. Quem sofre com isso é o leitor. A Maçonaria compõe-se de três elementos: o elemento iniciático, pelo qual é secreta; o elemento fraternal; e o elemento a que chamarei humano – isto é, o que resulta de ela ser composta por diversas espécies de homens, de diferentes graus de inteligência e cultura, e o que resulta de ela existir em muitos países, sujeita portanto a diversas circunstâncias de meio e de momento histórico, perante as quais, de país para país e de época para época reage, quanto à atitude social, diferentemente. Nos primeiros dois elementos, onde reside essencialmente o espírito maçônico, a Ordem é a mesma sempre e em todo o mundo. No terceiro, a Maçonaria – como aliás qualquer instituição humana, secreta ou não – apresenta diferentes aspectos, conforme a mentalidade de Maçons individuais, e conforme circunstâncias de meio e momento histórico, de que ela não tem culpa. Neste terceiro ponto de vista, toda a Maçonaria gira, porém, em torno de uma só idéia – a "tolerância"; isto é, o não impor a ninguém dogma nenhum, deixando-o pensar como entender. Por isso a Maçonaria não tem uma doutrina. Tudo quanto se chama "doutrina maçônica" são opiniões individuais de Maçons, quer sobre a Ordem em si mesma, quer sobre as suas relações com o mundo profano. São divertidíssimas: vão desde o panteísmo naturalista de Oswald Wirth até ao misticismo cristão de Arthur Edward Waite, ambos tentando converter em doutrina o espírito da Ordem. As suas afirmações, porém, são simplesmente suas; a Maçonaria nada tem com elas. Ora o primeiro erro dos Antimaçons consiste em tentar definir o espírito maçônico em geral pelas afirmações de Maçons particulares, escolhidas ordinariamente com grande má fé. O segundo erro dos Antimaçons consiste em não querer ver que a Maçonaria, unida espiritualmente, está materialmente dividida, como já expliquei. A sua ação social varia de país para país, de momento histórico para momento histórico, em função das circunstâncias do meio e da época, que afetam a Maçonaria como afetam toda a gente. A sua ação social varia, dentro do mesmo país, de Obediência para Obediência, onde houver mais que uma, em virtude de divergências doutrinárias – as que provocaram a formação dessas Obediências distintas, pois, a haver entre elas acordo em tudo, estariam unidas. Segue daqui que nenhum ato político ocasional de nenhuma Obediência pode ser levado à conta da Maçonaria em geral, ou até dessa Obediência particular, pois pode provir, como em geral provém, de circunstâncias políticas de momento, que a Maçonaria não criou. Resulta de tudo isto que todas as campanhas antimaçônicas – baseadas nesta dupla confusão do particular com o geral e do ocasional com o permanente – estão absolutamente erradas, e que nada até hoje se provou em desabono da Maçonaria. Por esse critério – o de avaliar uma instituição pelos seus atos ocasionais porventura infelizes, ou um homem por seus lapsos ou erros ocasionais – que haveria neste mundo senão abominação?

Quer o Sr. José Cabral que se avaliem os papas por Rodrigo Bórgia, assassino e incestuoso? Quer que se considere a Igreja de Roma perfeitamente definida em seu íntimo espírito pelas torturas dos Inquisidores (provenientes de um uso profano do tempo) ou pelos massacres dos albigenses e dos piemonteses? E contudo com muito mais razão se o poderia fazer, pois essas crueldades foram feitas com ordem ou com consentimento dos papas, obrigando assim, espiritualmente, a Igreja inteira. Sejam, ao menos, justos. Se debitamos à Maçonaria em geral todos aqueles casos particulares, ponhamos-lhe a crédito, em contrapartida, os benefícios que dela temos recebido em iguais condições. Beijem-lhe os jesuítas as mãos, por lhes ter sido dado acolhimento e liberdade na Prússia, no século dezoito – quando expulsos de toda a parte, os repudiava o próprio Papa – pelo Maçom Frederico II. Agradeçamos-lhe a vitória de Waterloo, pois que Wellington e Blucher eram ambos Maçons. Sejam-lhe gratos por ter sido ela quem criou a base onde veio a assentar a futura vitória dos Aliados – a "Entente Cordiale", obra do Maçom Eduardo VII. Nem esqueçamos, finalmente, que devemos à Maçonaria a maior obra da literatura moderna – o "Fausto" do Maçom Goethe. Acabei de vez. Deixe o Sr. José Cabral a Maçonaria aos Maçons e aos que, embora o não sejam, viram, ainda que noutra Templo, a mesma Luz. Deixe a Antimaçonaria àqueles Antimaçons que são os legítimos descendentes intelectuais do célebre pregador que descobriu que Herodes e Pilatos eram Vigilantes de uma Loja de Jerusalém. Deixe isso tudo, e no próximo dia 13, se quiser, vamos juntos a Fátima. E calha bem porque será 13 de Fevereiro – o aniversário daquela lei de João Franco que estabelecia a pena de morte para os crimes políticos.

Diário de Lisboa, nº 4.388 de 4 de fevereiro de 1935.

É sempre um regalo, ler Fernando Pessoa, muito especialmente quando discorre, tão magistralmente, sobre um assunto que tanto nos interessa.

Texto: Ir.: Antônio Alves Rodrigues Calado,

Or.: de Salvador - BA